



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, SEGUNDA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 151.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1.979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Romero e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento de LUÍS VAL.

Sala das Sessões, em 30 de dezembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Tributar reconhecimento e respeito à memória de desbravadores deste Estado, é dever que cumprimos, no desenvolvimento de nosso mandato nesse Legislativo estadual, notadamente quando o reverenciado é personalidade marcante no processo de colonização da Cidade de Londrina.

Com pesar, tomamos conhecimento do desaparecimento de mais um dentre os responsáveis pela fundação da grande Londrina, o Senhor LUÍS VAL, cujo passamento aconteceu no primeiro dia deste mês de dezembro, entristecendo a todos que tiveram o privilégio de gozar de seu convívio. Que da decisão, comunique-se sua distinta família, residente à Rua Ituiutaba n.º 385, no Jardim San Remo, na Capital do Café.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de voto de regozijo à Presidência e Membros da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, pelo trabalho realizado recentemente em nosso Estado, voltando-se para a situação e a realidade dos proprietários de terras que estão sendo indenizadas pela Binacional Itaipu.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação em nosso entender, se faz necessária devido a atenção demonstrada por aquela Comissão, no sentido de ouvir os pequenos proprietários e lavradores em geral, que estão enfrentando problemas com a indenização de suas áreas de terras que serão inundadas pelas águas da represa de Itaipu.

A citada comissão esteve na região Oeste do Paraná, ouvindo os agricultores e proprietários de áreas de terras, na ocasião em que os problemas indenizatórios vem causando um clima de apreensão e até mesmo de desespero para grande parte de proprietários, que não vem recebendo uma indenização justa.

Esperamos que esta comissão chegue a um denominador comum e que faça com que as autoridades competentes, sejam inteiradas de tais dificuldades e que os pequenos e médios proprietários, não sejam tão prejudicados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em ata de voto de protesto pelas rudes e desrespeitosas manifestações que, partidas de um reduzido grupo de pessoas, entre muitos milhares que aplaudiam, importaram não em ofensas ao General João Baptista de Figueiredo, mas sim em insultos e ameaças, desrespeito e constrangimento para o mais alto mandatário do País, e Presidente da República.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.979.

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da publicação da Redação Final para os Projetos de Leis n.ºs 145/77, que cria Distrito Administrativo de Alto São João; 57/79, cria o Município de Tupãssi; 59/79, cria o Município de Nova Prata; 87/79, prazo para informação do Poder Executivo; 101/79, Utilidade Pública; 109/79, cria o Distrito de Alto Alegre; 132/79, Utilidade Pública; 158/79, dispõe sobre financiamentos Projetos Agropecuários; 160/79, Utilidade Pública; 164/79, Utilidade Pública; 175/79, cria o Distrito de Novo Sobradinho; 176/79, Utilidade Pública; 182/79, cria o Distrito de Caetano Mendes; 183/79, Utilidade Pública. Projeto de Resolução n.º 132/79, Convênio com o Município de Paracity combate à erosão; 133/79, Convênio Município de Loanda controle da Erosão; 134/79, Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná execução de obras ao Projeto de Complementação da Via Curitiba/São José dos Pinhais, 135/79, execução de obras ao Projeto de Complementação Curitiba/São José dos Pinhais; 136/79, Convênio Município de Cruzeiro do Oeste, combate à erosão; 137/79, Convênio Município de Iporã, combate à erosão.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornalista Wilson de Almeida em sua coluna Panorama Econômico, publicada no jornal "O Estado do Paraná" faz comentário sobre o debate lançado pelo Governo Federal através do Ministério da Previdência, visando acabar, no País, a aposentadoria por tempo de serviço.

O que pretende o governo, é impedir a aposentadoria em idade útil, quando o cidadão muitas vezes antes dos 50 anos de idade sai da força produtiva, passando a perceber de sistema oficial previdenciário, a aposentadoria por tempo de serviço. Isto, segundo o Ministério, onera o INPS. Propõe-se o governo, a fixar a aposentadoria por idade, aos 65 anos. O jornalista, em seu comentário, lembra a absurdidade da proposição que, como é levada à consideração do País, merece aqui ser debatida. A perspectiva de vida do brasileiro é de aproximadamente 62 anos de idade; considere-se ainda que, pela má distribuição da riqueza e mesmo porque ainda somos um País em desenvolvimento, uma imensa camada da população morre em tenra idade; a outra grande parcela, embora chegando à vida adulta, não atinge aos 65 anos de idade. Pensar-se em aposentadoria por tempo de serviço, no Brasil, aos 65 anos de idade, é criar-se a aposentadoria "post-mortem", pois aos 65 anos como bem lembra o jornalista Wilson de Almeida, a maioria dos brasileiros já morreram.

Considere-se ainda que exatamente por sermos um País ainda não desenvolvido, grande parte da população inicia na vida do trabalho, na menoridade. Não poucos são os brasileiros que ainda na puberdade ou antes mesmo, estão trabalhando. Se sobreviver aos 65 anos de idade, o que as estatísticas não entusiasmam, aposentar-se-á após 50 ou mais anos de trabalho e de contribuição à Previdência Social compulsória, do INPS. Vale a intenção do governo, em rediscutir o sistema de aposentadoria, mas a hipótese levantada, de aposentadoria aos 65 anos de idade é um absurdo, por desconhecer a realidade brasileira, tentando transportar para cá, situações viáveis em países altamente desenvolvidos, onde a perspectiva de vida vai além dos 70 anos de idade. O trabalhador brasileiro, esse trabalhador sofrido e que nem sempre alcança os órgãos de Previdência necessária à assistência, não merece essa previdência pretendida pelo governo, pois para a maioria seria o mesmo que abolir a justa aposentadoria após 35 anos de suado trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente, esta idéia do Ministro Jair Soares, principalmente para aqueles que trabalham, para a classe trabalhadora, para os representantes classistas deste País é um verdadeiro absurdo, porque não se admite que leis conquistadas com tanto suor, com tanto sacrifício, com tanta luta por parte da classe trabalhadora brasileira há anos e anos atrás, hoje simplesmente mereça uma penada, acabando com uma das maiores conquistas para o trabalhador brasileiro, enquanto a gente percebe hoje que as entidades classistas, que a classe política principalmente no Congresso Nacional e no Senado Federal reivindicam uma aposentadoria menor para a mulher, por exemplo, de 25 anos de trabalho, para o homem de trinta anos de trabalho, o governo agora tenciona aumentar esse prazo, elevando para 65 anos. Este absurdo já acontece na zona rural, quando todos nós sabemos que o trabalhador rural inicia sua vida no campo, com 9, 10 ou 11 anos de idade, no máximo, chegando à aposentadoria aos 65 anos de idade, às vezes até com 55 anos de trabalho, isto é inadmissível.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve-se compreender que a aposentadoria não é um benefício dado gratuitamente, pelo governo brasileiro, à classe trabalhadora. É um pecúlio, é um depósito compulsório que o trabalhador começa a depositar desde os primeiros dias de trabalho, e que deve gerar juros, deve gerar correção monetária, enfim, esta aposentadoria não é simplesmente um direito adquirido pelo trabalho, mas é uma aposentadoria comprada pelo trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus, no Pequeno Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A crise administrativa causa uma série de problemas, entre o Executivo e o Legislativo de Santa Helena. Não poderia ser distinto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque é de conhecimento de todos os Senhores Parlamentares, de que lá, graça ainda a exceção, o arbítrio, uma vez que os Prefeitos não são eleitos pelo povo e sim, são nomeados. — (Lê):

"Ocupo a tribuna desta Casa, nesta oportunidade, para reafirmar minha posição, assumida quando da nomeação do Chefe do Executivo Santa Helenense, oportunidade em que afirmei que se não bastasse o abuso das arbitrárias nomeações, as mesmas se fazem sem ouvir quem tem os votos, quem representa a maioria e os interesses de uma comunidade.

Hoje volto a esta tribuna, para fazer chegar ao conhecimento de Vossa Excelência e demais companheiros com assento nesta Casa, que o desmando, as arbitrariedades, os abusos de poder, estão gerando um clima desconcertante entre o Executivo prepotente e o Legislativo interessado na defesa dos interesses da comunidade Santa Helenense.

Quando se falava no afastamento do Prefeito Willy Krinke, as lideranças mais legítimas daquele município, enviaram um memorial ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, declarando apoio ao nome de um determinado companheiro para a citada indicação, por entenderem que este nome, por eles apoiado, se tratava de uma pessoa honrada e capaz de promover o entendimento e conciliação entre as lideranças locais, em face de sua comprovada habilidade política e o respeito que soube granjear em torno de seu nome.

Acontece que, esta solicitação e este apoio não foi levado em conta, e foi nomeado o Sr. Naude Prates para a chefia do Executivo Municipal.

As lideranças políticas evidentemente acataram tal decisão já que a mesma partiu de cima para baixo. Mas de lá para cá, a situação naquele município começou a tomar matizes diferentes, baseados em intenções disformes com a realidade e a necessidade de todos.

O Legislativo sente-se ferido pelas ações desconcertantes que parte, do Executivo Municipal. Tal a gravidade desta denúncia que aqui fazemos e deixamos a seguinte pergunta, a qual esperamos uma resposta a altura: De quem é a responsabilidade no tocante a desconsideração, a indicação de um nome para tal função, indicação esta feita pela maioria de Vereadores de Santa Helena? Por outro lado, a Presidência do Legislativo Municipal, já fez chegar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, telegrama solicitando junto ao mesmo que tome providências no tocante a fazer cessar as perseguições e as violências contra aquele Poder.

Não se trata Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma acusação leviana, nem de uma acusação de cunho político apenas. Comunicação nesse sentido também foi enviada ao Excelentíssimo Sr. Presidente da OAB Seção de Foz do Iguaçu, colocando aquela autoridade ao par do flagrante desrespeito que vem sendo cometido pelo Executivo ao Legislativo Municipal, com represálias aos legítimos direitos consagrados aos vereadores, e entre estes, os de rejeitar proposições que venham a

sacrificar o povo, como vem ocorrendo naquele município. O próprio Presidente da AFRONT - Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira endereçou comunicação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, informando-o da grave crise desencadeada entre os Poderes Executivo e Legislativo de Santa Helena, crise esta que poderá ter um final desastroso e pouco recomendável ao atual estágio do nosso Estado.

Todos buscamos uma solução para esse impasse, que cremos iniciou-se com a falta de sensibilidade ou mesmo de tática política, pois desde o início apresentou-se um nome para o cargo, com as melhores recomendações e o mais importante, com o apoio da maioria dos integrantes do Legislativo Municipal Santa Helenense. Uma vez fica aqui comprovada a necessidade urgente de se desenvolver ao povo, o direito legítimo de escolher seu representante para o Executivo Municipal, onde a maioria é ouvida e haverá a partir daí um entrosamento maior.

Esta é a nossa posição democrática. Em nome da democracia e da pretendida "Abertura" de João Baptista Figueiredo, conclamamos para as eleições diretas e urgentes na faixa de fronteira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Após haver tomado parte nas solenidades de inauguração dos Postos Avançados do Banco do Brasil S.A., nas Cidades de Centenário do Sul, Santa Mariana e Leopoldina, órgãos financeiros que saíram, que vão à procura do agricultor, para emprestar-lhe recursos, podemos, neste instante, dizer que os planos transmitidos pelo ex-Ministro da Agricultura, atualmente no Planejamento, Professor Delfim Neto, já estão em fase de execução.

279 Postos Avançados serão instalados no território brasileiro ainda no decorrer do ano de 1979, e, possivelmente, 500 no próximo ano.

Tivemos ocasião de afirmar em Leopoldina, entre autoridades e agricultores, que "em tão boa hora", o Banco do Brasil, administrado na Carteira Agrícola pelo Sr. Alésio Vaz Primo, tem procurado carrear para o agricultor todos os benefícios possíveis. O aumento do combustível vai "machucar" o pequeno agricultor o qual ficará impossibilitado de colher o seu produto, plantado com muito suor.

Estes últimos três anos, Srs. Deputados, têm sido pesados para o Brasil e para a agricultura, mas o Banco do Brasil, através das Agências, tem feito tudo para minorar essa situação.

Ouvimos a palavra do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola que comparou a inflação, com o estado febril do doente; não pode-se curar o doente injetando-lhe apenas novalgina, que é entitérico; o que é preciso é atacar a inflação com antibióticos. A solução para esse problema de inflação, segundo Delfim Neto, é aumentar a produção. E para isso é necessário administrar com a máxima eficiência os fatores de produção disponíveis. Mas os fatores de produção não se fazem simplesmente manipulando os fatores sem uma preocupação constante com a motivação do homem.

O objetivo dos Postos Avançados não está no volume de aplicação, mas no percentual de pequenos produtores que o Posto consegue atender nas suas atividades.

É gratificante, Srs. Deputados, quando nós, homens da lavoura e da pecuária, temos a oportunidade de ouvir, como vimos, as nossas idéias, os nossos propósitos de se levar recursos aos pequenos lavradores, aos pequenos e médios agricultores, os nossos desejos já transformados em força de execução ou de

ação.

Muito justa, muito oportuna, a idéia do Banco do Brasil de levar os seus Postos Avançados para cooperarem com as agências dos demais estabelecimentos de crédito, oficiais e particulares, no sentido de se conseguir uma agricultura capaz de estimular os que, como nós, a ela nos dedicamos.

Mesmo porque, no próximo ano de 1980, para enfrentar o altíssimo custo do petróleo, pagar juros e prestações de nossa crescente dívida externa, o Brasil precisará de doze bilhões de dólares, razão pela qual teremos, forçosamente de aumentar a nossa exportação, e nesse aumento terá prioridade a soja, o café, o algodão, etc.

Mas é imperioso, Senhores Deputados, que ao se colher a soja o seu preço, naquela próxima época, seja efetivamente justo, seja capaz de cobrir todo o seu custo, e deixar alguma margem de lucros, para reserva, em poder do agricultor, capaz de enfrentar a seca, as chuvas, ou as geadas, se ocorrerem.

A safra agrícola na Rússia foi prejudicada, segundo informações da imprensa, o que a obrigará a recorrer aos estoques dos países capitalistas. A idéia não desejada de um conflito de maiores proporções, aumentará a procura de produtos básicos como o algodão, o café e a soja, em razão de que os nossos produtores devem ser alertados pelos órgãos de classe, como as cooperativas e outros ou pela Secretaria da Agricultura, para que não se desfaçam de sua produção com uma venda antecipada, pois qualquer precipitação na venda, hoje, poderá resultar em prejuízo, amanhã se o preço não for claramente definido como sendo o do dia da entrega do produto.

Se o Banco do Brasil levou 150 anos para criar e instalar as atuais mil (1000) Agências no Brasil, pretende instalar 279 no decorrer de 1979 e mais 500 em 1980, nós desejamos cumprimentar a Direção do Banco do Brasil S.A. por tão brava decisão de se colocar como que lado a lado com o produtor, e na sua área de produção:

Desejamos cumprimentar ao agricultor em terras do Paraná, ao sementeiro de alimentos e de moedas fortes, porque é o homem do campo, o homem da lavoura, que constitui a base da riqueza do Brasil, é o homem que com o seu trabalho assegura os meios de existência e de vida de grande parte das populações das zonas urbanas, das grandes cidades".

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já é sem tempo que começam a fluir no seio do povo, manifestações de desagrado, de desespero, de repulsa pública e aberta contra o regime vigente no País.

Foi preciso que o General fosse à terra de Anita Garibaldi para ser repudiado, repellido, execrado e praticamente expulso, depois de descer ao nível de desforço pessoal, muito próprio dos imaturos, conforme bem retratou a imprensa.

Por mais que se queira minimizar o episódio com suas causas e efeitos, isto será impossível porque é uma reação espontânea do povo, que vive num clima de insegurança, de aflição e de miséria, mas que o planalto renitentemente persiste em não enxergar.

As faixas com inscrições: "Abaixo a fome" — "Abaixo a Exploração" — "Por melhores condições de trabalho" — "Chega de sofrer, o povo quer comer" — "mais arroz e mais feijão" — "Povo unido, jamais será vencido" — retratam a revolta da Nação inteira, sufocada pelos reiterados erros administrativos e políticos, principalmente nos últimos 15 anos, que vêm reduzindo assustadoramente a renda real dos trabalhadores e do empresariado nacional.

Não se trata de grupo organizado para tal fim como querem os homens do Planalto, porque na Universidade, de Santa Catarina, logo depois deparou o séquito presidencial, com novo quadro de protesto. Aí sim, promovido por universitários com faixas dizendo: "Abaixo o ensino pago; mais verba para a educação, o povo quer pão" - "abaixo a ditadura". Mas não confunda universitário que é jovem, consciente e adulto, com o estudante ainda na adolescência. Ali, naquela Universidade, estava o estudante lúcido, uma juventude que se aprimora com o ensino, apesar de insuficiente, mas se aprimora também a consciência que enxerga um horizonte sem perspectivas, uma vida profissional sem futuro, sem garantia, sem segurança. No calor do confronto, o Senador Presidente soltou o chavão célebre dos usurpadores do Poder, querendo empanar o brilho da consciência nacional, ali representado em Santa Catarina, dizendo então sob as emoções: "O povo unido é aquele que está lá em cima e que me aplaudiu, e não esta meia dúzia. Eles têm direito de ser comunistas, mas não aqui, no meu País. Eles que gritem essas coisas lá na Rússia".

Sr. Presidente, esta oportunidade necessariamente convida a um exame de consciência pelos homens do Planalto e fazer um paizinho, onde apenas eles, usurpadores do poder convivessem com a extrema direita ideal que eles pregam a tanto tempo.

Sr. Presidente, não cabe mais histórias do "bicho-papão", chamado "comunismo" e que serviu de arma eficiente para enganar o povo durante essa insensata administração de ditadores.

Hoje, o povo tem suas armas de defesa, entre as quais sobressai-se a coragem pela verdade e autenticidade.

Não adiantam adesistas e dissidentes buscarem com palavras, a reconciliação nacional, a exemplo de Magalhães Pinto, para quem "os problemas enfrentados pela Nação não são da responsabilidade só do Presidente da República, mas de todos, como dos Ministros de Estado". "A todos cabe a responsabilidade de buscar soluções".

Entretanto, para que todos sejam responsabilizados, é preciso, antes de mais nada, que todos participem das decisões. Antes disso, é insustentável essa exigibilidade.

Não vivemos numa democracia, mas apenas atos preparatórios, um intróito de pretensão regime democrático.

Por essa razão, não é legítimo exigir do povo, que vem pagando caro as mordomias e o seu próprio empobrecimento, enquanto que os dirigentes aplicam mal as verbas públicas, e formulam equações, dizendo-se engajados na luta pela melhoria de vida, sem que para isso seja dada liberdade ao povo.

A contribuição do povo é dada, a cada instante, pelo pagamento de seus tributos que religiosamente carregam para os cofres públicos.

Cabe aos dirigentes respeitar o povo, oferecendo-lhe caminhos menos tortuosos e também parcelas consideráveis nas decisões.

Não confunda o Presidente a repulsa com ofensa pessoal, que é próprio de quem está magoado. O povo não suporta os donos do poder e nem tampouco o regime.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que a manifestação promovida em Santa Catarina, é o retrato da situação nacional, grandes, pequenos, pobres e ricos não suportam mais viver neste regime que precisa urgentemente mudar a sua diretriz.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Deni Schwartz. (declina).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos encaminhando à Mesa, requerimento com este teor (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Presidente da República, João Baptista de Figueiredo sugerindo ao mesmo que renuncie ao cargo que ora ocupa.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Os acontecimentos verificados em Florianópolis, atestam de forma clara e inequívoca, que o Sr. João Baptista de Figueiredo já não tem mais ambiente para conduzir com equilíbrio esta grande Nação.

A reação do Sr. Presidente, típica daqueles que "não levam desaforo para casa", criou uma inquietação profunda, pois tal temperamento é incompatível num Chefe de Nação. Um temperamento impulsivo que leva uma pessoa a agir de maneira irrefletida a que facilmente se enfurece, não se coaduna com as funções de alta relevância.

É preciso resolver com palavras e atos ponderados; apreciar maduramente, considerar, medir. É necessário ponderar o possível resultado de cada ato antes de o praticar. E o gesto do Sr. Presidente da República, dentro daquela impulsividade condenável, deixa o País perplexo.

Um Presidente deve ter equilíbrio, prudência e não se deixar levar por um gênio arrebatado, irrefreável, irascível e colérico. Deve reagir, não com a mão de ferro do despotismo e sim com a mão de frade, da compreensão e do entendimento, pois não basta olhar o lírio-do-campo, mas também o lírio-do-brejo, pois ele também nos dá ensinamentos.

Diante do momento, extremamente inquietante, é que sugerimos ao Sr. João Baptista de Figueiredo a sua renúncia.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quero entoar um hino de exaltação, à bravura cívica da gente catarinense, por não ter admitido o enxovalhamento das gloriosas páginas da sua História e nem o enxovalhamento da memória dos seus numerosos heróis.

Os áulicos instalaram, na praça 15 de Novembro, de Florianópolis, uma placa de bronze, uma homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, para João Figueiredo descerrá-la. Floriano, porém, é execrado em Santa Catarina. Ensanguentou o Estado por ocasião da Revolução Federalista, de 1893. Vitorioso, mandou fuzilar o Barão de Batovi, herói da guerra do Paraguai, e mais 197 eminentes catarinenses. Isso jamais lhe será perdoado, tanto que, desde há alguns anos, movimentam-se os barriga-verdes para o retorno do nome primitivo de sua capital, Nossa Senhora do Desterro, vindo do século XVI. Não poderiam coexistir, em hipótese alguma, na mesma praça pública, a placa de bronze para Floriano e a estátua do Barão de Batovi, cercada esta pelos bravos barriga-verdes tombados na guerra contra Solano Lopez. A placa de bronze foi despedaçada pela fúria popular, e os cacos recolhidos por um soldado, ao Palácio do Governo.

Os brios de um povo não podem ser feridos. Daí o destemor dos catarinenses diante do cassetete, da baioneta e da bala de fuzil.

A desassombrada atitude repercutiu no Brasil inteiro. O pobre João, mamulengo nas mãos da minoria apegada ao poder, vai ter de pensar duas vezes, antes de desafiar de novo a Nação brasileira.

Os catarinenses tomaram a dianteira no repúdio ao pobre João. Vamos ter daqui por diante, reação em cadeia.

Data da Roma antiga, com Nero imperador, a política

de "pão e circo". Ninguém acha graça do palhaço se a barriga está vazia.

O desabafo em Florianópolis foi o desabafo geral do povo. Salvo a minoria dominante, que se locupleta com toda sorte de privilégios e com o enriquecimento ilícito, ninguém mais concorda com a transformação do Brasil em colônia de multinacionais, com a entrega das nossas riquezas aos estrangeiros, com o encarecimento brutal do custo de vida, com a desvalorização acelerada da nossa moeda e com a socialização da fome e da miséria em todo o País.

A reação veio na hora certa. Muito apropriados os "slogans" de "Abaixo a ditadura", "morte à fome", "Não sorria, a panela do povo está vazia". E, tomado de ódio, ante a ostentação e ante a indiferença do Governo por sua triste sorte, o povo não conteve os palavrões e nem sustou o apedrejamento. Insultava-se e apedrejava-se o infiel.

Acintoso o banquete opíparo no Palácio Iguaçu, às custas do erário público, enquanto o operário da construção civil, em greve por melhores salários, quer um pouco mais de quirera, ainda sem mistura, em sua marmitta. Acintoso o churrasco em Palhoça, Santa Catarina, com três mil quilos de carne e seis mil litros de chopp, enquanto o trabalhador catarinense engole farinha de mandioca e um pedaço de rapadura, para enganar o estômago. Boca Maldita e Senadinho foram os picadeiros onde o "clown" João fracassou, no seu papel de cavaleiro de triste figura. O povo está sofrendo demais para poder rir de palhaçadas.

Preocupa-nos a saída do pobre João, em taxar de comunistas os manifestantes de Nossa Senhora do Desterro. Preocupa-nos o fato, porque a caça às bruxas será para acobertar o desgaste do Governo. O pobre João não tem olhos de ver e nem ouvidos de ouvir a dolorosa realidade brasileira. Quem reclama por ter o estômago vazio será tachado de subversivo, de comunista. Na cadeia, a solução para o problema social cada vez mais agudo. Amestrados por técnicos norte-americanos, os torturadores lá estarão, para estropearem os que estiverem a chorar de fome.

Santa Catarina acendeu o estopim da revolta. Onde estourará a dinamite do desespero do nosso povo?"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na última quinta-feira ocupamos o horário da Liderança do MDB, para alertarmos esta Casa do que havia ocorrido horas antes da chegada do General João Baptista Figueiredo, ao Palácio Iguaçu, quando crianças de um ônibus, crianças que vinham para saudar o Sr. Presidente, na verdade gritavam em coro: "Figueiredo, Ditador!"

Dizíamos, naquela oportunidade, que este fato era de suma gravidade, já que demonstrava o espírito nas residências dos pais dessas crianças.

Fomos apartados e o nobre Deputado Gilberto Carvalho disse-nos, em seu aparte que, talvez, alguém dentro do ônibus, filho de algum opositor tivesse sido o responsável por essa manifestação; infelizmente, já na sexta-feira a Nação, estarrecida assistiu, através da televisão e dos comentários, a consequência do que vem ocorrendo neste País, onde a irresponsabilidade dos governantes está levando o povo ao desespero.

Dizer que era uma classe organizada, dizer que eram opositores, dizer que eram agitadores, é muito simples mas, não resolve o problema.

Nem agitadores, nem organizadores e nem subversivos,

pois, nas entrelinhas do que dizia a imprensa, esta naturalmente, até por razões óbvias, teve de se policiar ao noticiar os fatos de Florianópolis. Nas entrelinhas, repito, tivemos a oportunidade, e quem leu a grande imprensa brasileira, teve oportunidade de ver que a manifestação popular de Florianópolis foi realmente uma explosão popular, explosão popular como foi a greve dos homens da construção civil, explosão popular como foi a manifestação das crianças aqui em Curitiba, explosão popular como foi a de Florianópolis. E querer dizer que isso não é verdade, querer atribuir a grupos, a subversivos, a comunistas ou "istas" que queiram, na verdade, é querer tapar o sol com a peneira.

Na verdade, Senhor Presidente, vivemos o divórcio entre o Estado e a Nação, pois, afinal a Nação nada tem a ver com aquele que ora dirige o Estado, porque é o próprio dirigente do Estado, o próprio Presidente da República, que sem legitimidade, está a dizer e a afirmar que nada tem com o povo, ele tem com o País, e aí está o divórcio decretado, como já dizíamos na quinta-feira. Divórcio perigoso, divórcio que leva, indiscutivelmente, ao caos da Nação.

Nada tinha de prestar contas o povo de Florianópolis, ao dirigente de Estado, ilegítimo, portanto, não se pode atribuir, até a uma falta de educação daquele povo, porque na verdade, ali no palanque não estava o Presidente da República, estava o cidadão, com os defeitos de todos os cidadãos, mas não estava realmente o Presidente da República. Não foi lá desrespeitado o cargo de Presidente da República, mas foi desrespeitado o ilegítimo dono do poder, lá, repito, ilegitimamente colocado. Feito esta preliminar, nós queremos dizer que com o partido organizado, nós respeitamos o Senhor Presidente da República e o respeitamos, desde que ele se dê o direito de ter esse respeito, mas enquanto mandar os filhos dos pobres, os filhos dos proletários dar um tiro na cabeça, porque seus pais recebem o salário-mínimo, enquanto ele continuar desrespeitando a Nação com atitudes populistas e popularescas, ele não merece o respeito da Nação. O máximo que ele pode esperar de respeito, é daqueles que, na bajulação encontram a sua força, mas nesse momento...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento. Com satisfação, a seguir, poderei dar o aparte ao Deputado Fidelcino.

Enquanto não houver de parte dos donos do poder deste País, legitimidade para exercer o cargo, e enquanto não houver o respeito, não há como deter o povo, realmente, detentor da Nação, que respeitam o Estado ilegítimo.

Senhores Deputados, não há como minimizar ou maximizar os acontecimentos de Florianópolis.

Temos a certeza que não resolvida essa premissa de respeito mútuo, as coisas continuarão cada vez mais graves, para um destino que nenhum de nós, acredito, teremos.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Deni Schwartz: Vossa Excelência como de costume, retrata com muita propriedade, este quadro que Santa Catarina tem e deu mostras à Nação e lá em Santa Catarina, ao que se sabe, de início, já haviam faixas prontas, porque as faixas não se fazem em segundos e nem queira o Sr. Nelson Marquesan, Líder do Governo, querer minimizar e dizer que era um grupo organizado, pago com dinheiro de alguma parte para fazer aquilo, porque o povo pode estar pobre, na miséria, mas sempre acha forma para repudiar os poderosos. E o que existe nestes episódios, via de regra, eminente Deputado, é que este regime tem posturas de descabros, de desacertos, confunde sempre legalidade com legitimidade e acham que investidos de legalidade estão legitimados no Poder. E este é o grande erro que vem perdurando nestes quinze anos.

O que nos causa pasmo é que muitos juristas, neste País,

vivem agachados atrás deste Poder. O poder das armas, o poder da força, da prepotência, ao invés de aplicar a cultura a serviço do bem comum. E, na realidade, não se pode dissociar mesmo estes fatos da realidade. Só na cabeça de Presidentes impostos é que deve o povo olhar, perceberam ficar queito. Mas comandar batalhões não é comandar o povo, porque povo tem sempre no seu coração, no seu espírito, o ímpeto de liberdade, o ímpeto de liberalidade.

Justamente, Sr. Deputado, porque não aceitam as imposições, é que tomam estas medidas públicas, de repúdio, e, na verdade, a medida de repúdio não é só na pessoa do Presidente da República, que aceitou um cargo da forma que aceitou, mas a repulsa é pelo alto custo de vida, pela injustificada e acelerada elevação dos preços de produtos alimentícios da gasolina, da taxa de juros e das taxas de serviços bancários.

Isto é injustificável, a gasolina está sendo vendida a quatro cruzeiros e vinte centavos para o exterior, enquanto que os brasileiros pagam Cr\$ 22,60. O déficit de balança de pagamento é por causa da incompetência de Ministros. Porque na produção nacional, se fossem bem aplicados os recursos, a situação não seria calamitosa como é, sem perspectivas de melhora, de remanejamento da situação. O que a Nação precisa é mandar no seu território, procurar o seu próprio destino. Não é permitir que estes malfazejos dos destinos nacionais fiquem por todo o sempre no Poder.

Na verdade, eminente Deputado, assiste plena razão a Vossa Excelência como também ao Deputado Fiori Luiz e ao Deputado Edilson Alencar. A Nação precisa é repudiar, de vez por todas, pelos caminhos pacíficos que ainda lhe resta, mas não suporta mais estar alheio a esta postura. Parabeno-me com Vossa Excelência, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, o que estamos assistindo nada mais é do que a abertura de um dique, as primeiras fissuras que aparecem no dique e que como toda a fissura, numa barragem, leva ao seu desmoronamento.

O represamento dos interesses populares, das vontades populares no Congresso, Congresso este castrado e com um valor minimizado, quantos Deputados do MDB e da ARENA, por tantos anos, procuraram mostrar à Nação e aos governantes a situação de desespero do povo. Não foram ouvidos. Os Congressos, os Parlamentos brasileiros, simples e puramente decoravam ou decoram um mobiliário para efeito internacional.

O Deputado do Governo não governa. O Deputado da Oposição não é ouvido. E aí porque uma manifestação anti-Presidente da República não é fato novo no mundo. Presidentes dos maiores países democratas também são hostilizados pela massa. Mas nunca desrespeitados, porque respeitam e se fazem respeitar.

Quanto a isto é que nós queremos trazer à Casa novamente, como já o fizemos na quinta-feira, é momento que a classe política brasileira entenda o seu valor. É momento de todos nós, da Oposição ou da Situação, tenhamos coragem de dizer basta, aos poderosos. Porque enquanto nós ficarmos no maniqueísmo do sim ou do não, nós iremos dar oportunidade para que a massa procure outros caminhos para fazer chegar aos poderosos, as suas reivindicações. Enquanto o Congresso Nacional, quando vota contra a reforma partidária, contra a reforma do Judiciário, ele é fechado e vem o "pacote de abril"; enquanto os poderosos, criarem os biônicos, para manterem a sua hegemonia; enquanto fomos ameaçados com reformas partidárias como a que está aí, de cima para baixo, enquanto fomos ameaçados, e vejam o problema agora, Srs. Deputados, por um adiamento de eleições livres e indiretas, para as prefeituras em 1980, e muitos dos políticos baterem palmas, porque acharam que aí está uma solução para os seus problemas econômicos, para os seus problemas pessoais, e até porque não dizer, para não ter de correr ao interior, e pedir votos aos seus candidatos.

Enquanto, Srs. Deputados, nós políticos não reagirmos com vilência, até se necessário, a esses poderosos, a esses casuístas, enquanto não começarmos desde já a reagirmos contra as eleições distritais que irá mediocrizar mais ainda os parlamentos; enquanto nós políticos, não levantarmos as nossas vozes, junto com um interesse só, que é o interesse do País, e da Nação; enquanto nós não fizermos isso, o povo irá, por vias diretas, como fez em Florianópolis, a protestar contra o Presidente, contra o Governador e amanhã ou depois, até contra o Deputado, contra o Senador.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, veja Vossa Excelência que a Presidência da República emitiu uma nota oficial que foi lida em todas as rádios, publicada em todos os jornais. E essa nota oficial da Presidência da República, deveria ser ao menos idônea. Está certo que se dê a versão da Presidência da República, mas deveria ser idônea; não mentir, como descaradamente mentiu, dizendo que era um grupelho, de 40 a 50 pessoas. Ora, nobre Deputado, mais de 100 pessoas já foram presas em Florianópolis, pela Polícia Federal, os jornais de hoje retratam. Então onde está a verdade? Como pode a Presidência da República, numa nota oficial da Nação, mentir descaradamente, em dizer que eram 40 ou 50 pessoas, que patrocinavam a manifestação hostil ao Presidente. Se agora, mais de 100 pessoas já estão sendo detidas? No mínimo se presume então de que 60 pessoas estão sendo inocentes? Daí, Sr. Presidente, de realmente haver um divórcio entre a Nação e o Governo; um divórcio, Sr. Deputado, que se constatou aqui em Curitiba; nesta Assembléia. Ao se dar um voto de repúdio à segurança do Presidente. Onde está a igualdade de todos, perante a Lei? Podem os agentes de Segurança do Sr. Presidente agredir repórteres e não ser a eles feito nada? E os simples estudantes por darem uma vaia ao Presidente, serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional? É esta a democracia que o Sr. João Baptista Figueiredo, quer fazer?

Portanto, Sr. Deputado, lamentavelmente parece que esta revolução, que nasceu pela força, está destinada a se desintegrar pela própria força que está usando. Porque usa a força apenas contra o povo. Usa a força apenas para implantar o seu arbítrio, a sua prepotência e a sua insensibilidade. Estão aí os jornais; em São Paulo, o Governador do Estado gasta quatro milhões e meio, para trazer quarenta mil estudantes do interior, para fazer uma promoção de caráter eminentemente pessoal. Os que se levantaram e criticaram esta promoção, estão sendo tachados nos jornais, de comunistas.

Então, Sr. Deputado, tudo que acontece nesta Nação, tudo que contesta este Governo, tudo que critica, tudo que faz oposição a este Governo, é comunista?

Lamentavelmente, para tristeza minha, eu constato que a maioria do povo brasileiro, de uma hora para outra, virou comunista. Isto no entender do Governo. Agora, a grande verdade é que passa fome tanto o comunista como o democrata. E lamentavelmente, os democratas desta terra também estão passando fome.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, antes de passar o aparte final ao Deputado Gilberto Carvalho, apenas dentro do aparte do Deputado Nilso Sguarezi, dizer o seguinte: não há como impedir que a segurança agrida os jornalistas, já que o exemplo vem de cima, quando o próprio Presidente agride a sua própria segurança.

E quanto ao fato de estarem acusando todos os comunistas, realmente é altamente preocupante, já que o povo sabendo que ser contra o que está aí é ser comunista, pode levar o Partido Comunista a ser, amanhã ou depois, o maior Partido do Brasil, e, talvez, para parafrasear o ex-Presidente da ARENA, o "maior partido do Ocidente". Porque, na verdade, se todos aqueles que estão descontentes, são comunistas, esse Partido realmente já é o maior do Ocidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna já está esgotado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço desculpas ao Deputado Gilberto Carvalho. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a honra da ARENA se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 130/79, que autoriza realização de plebiscito em área do Município de Catanduvas, para consulta sobre a criação do Município de Três Barras do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 131/79, que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Formosa, para consulta sobre a criação do Município de Jesuítas. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — COM SUBSTITUTIVO GERAL. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, o substitutivo geral.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/79, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que cria no Município de Roncador, o Distrito Administrativo de Alto São João, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, cria o Município de Tupãssi, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma rápida observada na Ordem do Dia de hoje, nós constatamos que os oito primeiros projetos em discussão dizem respeito ao problema de emancipação de novas unidades municipais no Estado do Paraná.

Levantei-me como voz isolada contra a emancipação de

municípios no Estado do Paraná.

E não entendo, Sr. Presidente, que não há razões de ordem política, econômica e social que permitam ao legislador, isento de qualquer paixão ou interesse, criar novas células municipais.

E quero deixar, Sr. Presidente, para cobrar no futuro, a precipitação daqueles que, talvez, instados é verdade, pelas lideranças municipais, abrem a possibilidade de se cometer mais um esfacelamento do municipalismo brasileiro.

O último Congresso Municipal em Curitiba, foi o atestado eloquente do fracasso do municipalismo. Os poucos Prefeitos que vieram a Curitiba e que esperavam do Chefe da Nação um pronunciamento incisivo no sentido de que o município se recuperasse ou se abrisse a possibilidade de o município se recuperar dentro da administração brasileira, saíram decepcionados porque como grande fórmula, como solução para dar maiores recursos aos municípios, pretende o Governo Federal aumentar, ainda mais, a tributação sobre o tão sofrido, explorado, contribuinte brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, isso foi o recurso dos déspotas que a História registrou, quando o Estado, a Nação vai mal, se apena o povo com mais impostos. Daí, Sr. Presidente, não acreditarmos que dentro deste regime, dentro deste sistema político em que estamos, haverá recuperação para o município. Porque importa muito, é fundamental e diretamente conseqüente, que exista um regime ditatorial, se a célula da Nação que é o município esteja esfacelada, e daí, se justificar a criação de áreas de segurança nacional. Daí se justificar Sr. Presidente, que se mate a fonte geradora das maiores lideranças políticas de uma Nação, que são as capitais dos Estados, se impedindo a eleição direta de Prefeitos para essas Unidades da Federação.

Daí, Sr. Presidente, quero deixar aqui registrado, para ter autoridade moral, legal de cobrar no futuro, daqueles que, precipitadamente querem hoje a criação de municípios. (Lê):

"No momento em que se vislumbra a emancipação de novas unidades municipais, de cujo processo emancipacionista tenho participado como voz discordante, julgo ser oportuno que se fixe a advertência necessária para as lideranças que de uma maneira ou outra, foram os ativadores e sustentadores desta nova campanha emancipacionista.

A ansiedade de independência e autonomia, não só tem inviabilizado administrações municipais, como comprometido mesmo o destino de muitos e diversos municípios, que antecipando-se ao estágio ideal de emancipação, perderam a credibilidade de tornarem-se em comunidades realmente autônomas, não só administrativa, mas social e economicamente falando.

Este anseio de autonomia é peculiar a qualquer comunidade nacional, eis que o municipalismo histórica e politicamente tem sido a base da vida nacional. O enfraquecimento político desta Nação, encontra, indiscutivelmente a causa principal no enfraquecimento da célula primeira e mais importante da vida administrativa e política combatida Federação, porque da esfera municipal, ultimamente se tem retirado não apenas os recursos financeiros, mas é na esfera de competência e autonomia administrativa, que politicamente o município brasileiro, está sendo enfraquecido.

O fato de as Capitais dos Estados Federados, não poderem mais elegerem seus administradores, tem se constituído numa lesão política ao municipalismo muito mais profunda e grave que se possa imaginar. A predominância de burocratas e tecnocratas para preencherem pela via biônica, tais cargos, de tradição e historicamente consagrados pela liberdade do voto direto, estancou uma das principais fontes de lideranças políticas e expressões do municipalismo brasileiro.

O poder ditatorial, tem se voltado constantemente para estes expedientes intervencionistas para enfraqueceram e debilitaram o nosso municipalismo, com a criação das ridículas áreas de segurança nacional, unicamente para, impedir a atividade

política de algumas dezenas de municípios fronteiriços. A falta de alternância do poder municipal nos hoje considerados municípios de área de segurança nacional, não apenas tornou-os feudos municipais de privilegiados, donatários de províncias, mas gerou nos municípios a descrença pelas soluções políticas que soem acontecer naqueles que elegem livremente seus Prefeitos. Ora, se a presença de senadores biônicos no Congresso Nacional o despersonalizou por inteiro, que dizer destas unidades municipais que foram condenadas a martírio muito maior porque a autoridade máxima não mais é agente dos municípios mas títeres do arbítrio?

Assim, quando no Paraná, novos municípios são criados dos boatos que acabam consumando todas as arbitrariedades revolucionárias dos últimos anos e desta feita consubstanciados na prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores, é importante que se advirtam todos aqueles que, lutando pela emancipação de suas comunidades, com certeza passem, depois da criação, a serem manipulados para criar clima propício à intervenção do Governo Estadual. Se consumado mais este atentado à normalidade democrática com a prorrogação dos mandatos municipais. Infeliz do município que pretender começar sua vida administrativa, pela mão de um Interventor; frustradas as lideranças municipais que idealisticamente agora se empenharam pela causa emancipacionista, para verem nascer uma célula deformada e comprometida desde o seu nascimento. A verdadeira e legítima emancipação só se completará, nas escolhas democráticas dos Prefeitos e dos Vereadores, pelo voto direto, assim como da consulta plebiscitária se materializou a determinação e a capacidade comunitária de autogestionar-se.

Espero que não aconteça, no Paraná, esta aberração de, criados os municípios, se nomeiem Interventores sob a fajuta alegação de que as eleições municipais foram prorrogadas; que se dê a liberdade aos novos municípios, de exercerem a plenitude de seus direitos constitucionais que a tradição brasileira tem consagrado, mesmo que necessário se façam mandatos tampões, para possibilitar a coincidência eleitoral.

E para concluir, Sr. Presidente: no exato momento em que a Assembleia Legislativa do Paraná sacramenta a emancipação de diversas células municipais, assume, o Executivo deste Estado, perante a democracia e a causa municipalista, mesmo por ter sediado aqui um Congresso Nacional do Municipalismo, assume, o Chefe do Executivo, a responsabilidade de preservar a integridade política e administrativa daquilo que hoje aqui se cria e se quer seja o melhor e o mais democrático! Muito obrigado.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, quando em um aparte até extenso ao então Deputado na tribuna Edilson Alencar, nós fizemos algumas colocações críticas e com seriedade, demonstrando que a criação desses novos municípios, por certo em outras circunstâncias seriam efetivamente, bem melhor colocadas. Mas, ilustre Deputado, nós sentimos, com a predisposição e principalmente a vontade imensa principalmente de alguns líderes regionais quanto à criação dessas novas unidades municipalistas, de que, efetivamente tem-se a impressão que se quer o caos para, sobre os escombros, se reconstruir alguma coisa melhor. E por esta razão efetivamente é que nós nos posicionamos até favoravelmente, à criação de novos municípios. Porque em cima da criação desses municípios, por uma coincidência até irônica, esse Congresso Nacional de Municípios, que terminou melancolicamente aqui em Curitiba com menos de 300 participantes, onde estavam inscritos 1.800 com um total de quase 4.000 municípios, isto significa, Deputado, o atestado profundo... O Sr. NILSO SQUAREZI — Nem dez por cento compareceram. O Sr. Nilton Friedrich — Exatamente.

Um atestado profundo da inconsistência do Sistema Mu-

unicipalista Brasileiro. E me estranha inclusive, nobre Deputado, que, nós não tivemos notícias maiores de uma proposição que um grupo de Prefeitos do Rio Grande do Sul trouxe para o Congresso, proposição estranha esta, mas que aqui não teve a repercussão devida, pois um grupo de Prefeitos gaúchos trouxe uma proposição no sentido de que o Congresso aprovasse, um dia para que os Prefeitos brasileiros fizessem greve por 24 horas, tal o estado pré-falimentar do municipalismo brasileiro.

Essa proposição nós não sabemos, nós não sabemos o que aconteceu no desenrolar do conclave, mas ela veio, foi apresentada por grupo de prefeitos do sul, com esse objetivo, para ver se conseguiam com uma greve de 24 horas em todos os municípios brasileiros, sensibilizar as autoridades máximas deste País, ante a triste, melancólica realidade do municipalismo deste País.

Portanto, Deputado, embora nós votamos favorável à criação desses municípios, como disse naquela ocasião, quero repetir agora, talvez nós fizemos esse voto com o objetivo até de participar deste que, criando mais municípios, diante do atestado já de concordatários dos hoje municípios brasileiros, estejamos auxiliando para que criada a situação pior — infelizmente essa não é a nossa teoria, a nossa doutrina mas no caso parece que é isso que se deseja, cria-se o pior para que em cima desse, surja uma coisa melhor.

Por isso, Deputado, realmente é triste a situação brasileira e o municipalismo reflete nada mais, nada menos do que a estrutura de poder que existe na Nação, como se reflete sobre a sociedade brasileira, sob os segmentos sociais, também se reflete sobre os municípios.

O município não pode ter autonomia, município não pode ter independência, não pode ter recursos, não pode ter vida própria, como o povo brasileiro não pode ter vida própria, como o povo brasileiro não pode ter vontade própria, independência, autonomia. Tem que estar aí à mercê da decisão de meia dúzia, prepotentes e arbitrários que acham que são os donos da verdade, que mandam e desmandam sobre a vontade de 120 milhões de brasileiros.

Obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e quero aclarar mais a minha posição. Não importa se haja ou não prorrogação de mandatos, para se apreciar esta matéria, porque seria totalmente descabida e meramente aleatória a alegação de dizer-se que em virtude da prorrogação de mandatos, não se poderia criar novas unidades municipais. Uma coisa independe de outra. O que eu trago a registro nesta Casa é que em havendo prorrogação de mandatos, é que em mutilando mais uma vez o município, é que aqui no Paraná não se cometa o disparate de se nomearem interventores nesses municípios que agora estão sendo criados, para se alegar de que nos outros, houve a prorrogação dos mandatos e de que é necessário suprir esses municípios então, com administradores, já pela via bionica. Contra esta possibilidade, porque já fui informado de que nos corredores do Palácio Iguaçu e inclusive listas de alguns municípios já estão sendo enviadas para apreciação do Chefe do Poder Executivo, quando ainda esta Assembleia não formalizou totalmente, não exauriu totalmente o processo legislativo. Muitos já se apressam em levar ao Chefe do Executivo e até pressioná-lo para que interventores sejam nomeados nessas unidades municipais.

Contra isso, Senhor Deputado, Senhor Presidente, é que quero deixar a ressalva porque tenho a certeza de que além de se cometer um atentado contra a normalidade democrática, se estará fraudando o idealismo com que muitas lideranças municipais se empenharam nessa causa emancipacionista.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Nilso Sguarezi, inicialmente para dizer que quanto à criação de municípios, nós discordamos.

Concordo com o Deputado Nilton Friedrich, de que cada vez mais a administração deveria chegar mais próximo ao interessado.

Estão aí, inclusive, as idéias lançadas aqui em Curitiba, de administrações, programas de vizinhança por quarteirões. Está em Cuba e está na Nicarágua um exemplo frisante, onde um quarteirão praticamente tem uma administração, uma vida autônoma.

Comungo com Vossa Excelência esta preocupação de que com o casuismo da prorrogação das eleições de 1980, vem o Governo a ser tentado a colocar novos interventores para em prestar mais ainda o nosso Estado, já tão cheio de interventores.

Mas eu quero aproveitar este aparte para colocar dois fatos ocorridos no Congresso dos Municípios Brasileiros. O primeiro é que além da greve sugerida por algum Prefeito do Rio Grande, houve outra sugestão que achei de alta importância e que deveria levar os políticos a pensar nesta proposição: a extinção do Estado. Pois um Prefeito, numa tese sua, foi de que o Estado nada mais é do que um intermediário. E a denúncia é muito grave e demonstra aquilo que há muito tempo temos falado, que é o fim da Federação brasileira. Não estamos mais num País federalista. Tanto que prova, aquele eminente Prefeito, que os Estados brasileiros nada mais são que meros intermediários. Inclusive ele diz, em sua tese, que como intermediários apenas servem para encarecer o produto no seu final.

Na verdade existe o Governo da União arrecadando e existe o município executando. O Estado, no meio, fica sem ter uma função nitidamente clara. É uma tese que deveria, pelo menos, alertar os políticos da gravidade da situação contra a Federação.

E a outra, quanto ao fracasso deste Congresso, ele tem razões e razões profundas. Há necessidade que nós, políticos, também tenhamos a coragem de denunciar. Sr. Deputado, quantos Congressos municipalistas já foram organizados, realizados, só este ano no Paraná? Quando todo o mundo chora que não tem dinheiro nas Prefeituras, o que vemos, Sr. Deputado? Uma verdadeira orgia de turismo por parte de Prefeitos e Vereadores. É preciso que se diga isto. É esta, Associação Brasileira dos Municípios dos quais tive a honra em 1970, de ser vice-Presidente, é o símbolo da corrupção deste País; porque lá estão veteraníssimos homens que nunca sequer foram Prefeitos, e que comandam o municipalismo no País. Na verdade, um bando de corruptos. Lá está o Sr. Henrique Brito, Deputado da Bahia, que foi posto lá pelo atual Senador Lomanto Júnior, que era o Comandante da ABM, e ele continua desde 70 lá. O Sr. Divaldo Suruagy, hoje Senador Biônico de Alagoas, também veio deste meio. O Sr. Célio Marques Fernandez, biônico de Porto Alegre, velho, caindo aos pedaços, até hoje Deputado Federal que perdeu as eleições, continua comandando a ABM. O Sr. Alfredo Haffmesteir, que não é Prefeito, continua na ABM.

A verdade é que hoje se organizaram as firmas inteiras para dar título de melhor do ano. Assim também se formaram firmas de verdadeiros turistas para atrair Prefeitos e Vereadores para lá e para cá.

Há necessidade de dizer isto, que resultado trouxe o Congresso de Manaus, que resultado traz este Congresso?

Na verdade o seguinte, é chegado o momento de todos nós dizermos um "basta" a este tipo de mordomia, que na verdade sai das costas de um povo.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concederei a seguir, apenas gostaria de responder ao Deputado Deni Schwartz. O que Vossa Excelência ressaltou é uma triste realidade. Efetivamente, na medida em que o nosso município perde a autonomia e que o nosso município se descaracteriza, tais aberrações se tornam

mais insistentes e se encontram no dia a dia. Efetivamente, nobre Deputado, só aqui no Paraná, várias dessas promoções foram feitas. O que é lamentável é que essas promoções tenham o beneplácido das altas esferas desta República. Tanto é que se fazem presentes a elas os Srs. Governadores de Estado, os Srs. Ministros e até mesmo o Chefe da Nação. Por isso, Sr. Deputado, o mal não está apenas no Prefeito e no Vereador, porque são as vítimas de uma indústria muito rendosa, ou seja, a indústria da corrupção.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Nilso Sguarezi, nobre Líder da Oposição nesta Casa. Atentamente eu ouvi as explicações de Vossa Excelência e mais precisamente o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz.

Quando disse o Sr. Deni que este Congresso de Prefeitos em Curitiba, foi mais para turismo do que para debater os problemas das Prefeituras. Eu discordo de Vossa Excelência, nobre Deputado Deni, porque eu acompanhei o Congresso de Prefeitos, aqui em Curitiba. mas turismo, como diz Vossa Excelência, houve foi debates, sobre a reforma tributária dos municípios; debate sobre o problema do menor abandonado; do tóxico, e não vi turismo. Agora, em todos os Congressos tem aqueles que comparecem exatamente para fazer turismo. E que pode Vossa Excelência ter levado meia dúzia para o turismo, quando na sua maioria debateu a problemática do empobrecimento municipal.

Ouvi quando Vossa Excelência disse que Divaldo Suruagy é Senador Biônico. Eu discordo de Vossa Excelência. Divaldo Suruagy é o Deputado Federal mais votado do Nordeste e um dos mais votados do País. E foi Prefeito da Capital, eleito pelo povo, ainda quando não eram nomeados Prefeitos de Capitais de Estados. Discordo em parte de quase tudo que Vossa Excelência disse, Deputado Deni, ainda respeitando a sua inteligência e sua capacidade, quando por aí afora digo que Vossa Excelência é um dos mais inteligentes parlamentares que o MDB tem nesta Casa. Agora valho-me do direito de discordar daquilo que eu acompanhei e que eu vi como necessário é a União dos Srs. Prefeitos Municipais, para que reivindiquem das autoridades federais, o seu direito na melhor distribuição dos tributos arrecadados pela Nação; e foi isso que eu acompanhei, desde o início, até o fim do Congresso Municipalista. Se resultado não houver na esfera federal, não é culpa dos Srs. Prefeitos, porque eles reivindicaram, mandaram sugestão e apelaram por tudo, ao Governo Federal, para que melhor distribua os tributos arrecadados pela Nação.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, de início, devo fazer uma retificação a uma afirmação feita pelo Deputado Deni Schwartz, quando diz que o Sr. Divaldo Suruagy é Senador Biônico por Alagoas; na verdade é Deputado Federal, tido inclusive como dos mais avançados e dos mais arejados do Congresso Nacional, nos dias de hoje.

Concordo com Vossa Excelência na análise fria e realista que faz, do municipalismo brasileiro. Devo confessar que não acompanhei inteiramente este novo congresso que se realizou aqui em Curitiba. Ouvi, no entanto, a opinião de muitos Prefeitos e particularmente tive a felicidade de ouvir e de acompanhar e também de analisar, o pronunciamento feito pelo Prefeito Jaime Lerner, na abertura do IX Congresso realizado aqui em Curitiba.

Numa sessão que normalmente é utilizada para atos e atitudes de bajulação, de agrado, o Prefeito de Curitiba colocou com muita profundidade o problema do municipalismo deste País, fazendo uma análise muito clara, uma análise muito real, chegando mesmo, ao se dirigir ao Presidente da República, a

afirmar que se Sua Excelência o Sr. Presidente mostra-se capaz de conduzir a abertura política, deve também, nesta hora, mostrar-se capaz para acreditar na descentralização do Poder e, automaticamente, na manifestação de cada Prefeito em ter a sua própria autoridade.

Quero, neste momento, Deputado Nilso Sguarezi, dizer também que o próprio Prefeito de Curitiba, no que foi apoiado por inúmeros Prefeitos brasileiros, ressaltou a política que pretende imprimir no Ministério da Fazenda, um homem deste Estado do Paraná, o Ministro Karlos Rischbieter, que propõe a alteração na sistemática tributária nacional, favorecendo, principalmente, os municípios deste País.

Então, eu poderia até dizer que esta foi, quem sabe, uma ilha dentro deste Congresso realizado aqui em Curitiba.

A situação realmente é grave. Há Prefeitos do Paraná que estão fazendo empréstimos em caráter pessoal, para pagar o 13.º salário de seus servidores.

Não podemos simplesmente dar a alguns problemas nacionais a ótica simplista da posição político-partidária. Temos que ter, realmente, realismo nesta análise, e precisamos encarar com a maior seriedade alguns temas que dizem de perto aos interesses da população brasileira.

E foi isto, ao meu ver, o que fez o Prefeito Jaime Lerner, na abertura deste Congresso, e me pareceu ser o seu pronunciamento, uma das mais valiosas contribuições, pelo arrojo, pela coragem e pela frieza com que encara o problema, oferecendo uma contribuição ao Brasil inteiro, e o que é importante, para o próprio Presidente da República ouvir.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Efetivamente, Vossa Excelência tem razão quando destaca o pronunciamento do arquiteto Jaime Lerner. É voz unânime entre os participantes deste Congresso, que foi o ponto alto do encontro municipalista. As colocações de Jaime Lerner, em muito, contrariando até a própria fala presidencial, foram, efetivamente, - e nisso concordo com Vossa Excelência - e é necessário que se diga, foram efetivamente o ponto alto deste encontro municipalista.

O que nós destacamos é que efetivamente o Congresso, reservada a participação de Jaime Lerner, não teve a representatividade que o momento exige para o municipalismo.

Efetivamente, 10 por cento dos Prefeitos de todo o Brasil aqui compareceram. Vale dizer que, se o Paraná comparecesse em massa, nós temos aproximadamente trezentas Prefeituras, e foi o número de participantes deste Congresso.

Mas, concordo com Vossa Excelência, e temos que vergar a esta realidade: entre aqueles que conhecem a deficiência do municipalismo de hoje, não poderemos, em qualquer lista que se faça, tirar a presença do Sr. Jaime Lerner.

E daí, Sr. Deputado, até a ironia do momento em que vivemos, que seja um Prefeito nomeado, que diga alto e bom som as verdades que estamos ouvindo.

Daí, nobre Deputado, como eu disse há dias desta tribuna, a ironia de vermos no Congresso Nacional, no Senado, quando Senadores biônicos se levantam para contestar o que é a regra geral deste regime de omissão, de assentimento a todas as investidas que se fazem contra a autonomia do povo em si.

Porisso, nobre Deputado, agradeço o aparte de Vossa Excelência, porque ele vem corroborar efetivamente à análise que me proponho a fazer, e daí porque justificar o meu voto contrário, porque realmente entendo que o momento, quando falências municipais estão sendo decretadas, quando o gesto de Prefeitos do Paraná em virem até este Congresso e entregarem as chaves de suas Prefeituras, eu não vejo clima, não vejo condições de se criarem novos municípios.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo aparte ao nobre Deputado, e que é um "expert" no assunto municipalismo.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, gostaria

de chamar a atenção também, para um fato, no meu entendimento, inusitado, que aconteceu em relação à realização deste Congresso.

De minha parte, fui surpreendido por um comunicado através da imprensa do Paraná, não só escrita, mas também através da televisão que, através do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, se dizia à margem, o Congresso porque não tinha sido convidado pelos responsáveis pela realização desse Congresso.

Então eu acredito que o fracasso também, como muitos estão colocando em relação à realização deste Congresso, é devido ao desprestígio, ao despreparo mostrados pelo atual Presidente da Associação dos Municípios do Paraná que, outra coisa não tem feito no exercício dessa Associação, a não ser a sua promoção pessoal, aliás, como é característica própria desse grupo de políticos, meus conhecidos há dezenas de anos; só pensam na realização dos seus objetivos e, ao longo do exercício da Presidência dessa Associação, nada mais tem feito o seu Presidente, do que se promover, porque ele aparece na televisão mais que o Presidente da República, mais do que o Sr. Governador do Estado - pelo menos no Norte do Estado e quando um Estado como o Paraná tem um Presidente que não é nem convidado, como ele, nesse comunicado, afirmou ao "O Estado do Paraná", nós temos que chegar à conclusão que, muitos Deputados se omitiram quando deveriam, sabendo de quem pretendia essa Presidência, deveriam ter tomado posição; muitos Prefeitos que estão por aí cometeram um erro grosseiro, e agora, seria a hora de se reparar, porque se esse Presidente da Associação dos Municípios do Paraná tivesse um pouco de respeito ao cargo que ele ocupa, ele não teria outra coisa a fazer neste momento, a não ser renunciar a esta Presidência da Associação dos Municípios do Paraná.

Os Municípios do Brasil, como todos já falaram, estão em situação econômico-financeira, das piores, mas, através de Presidentes desse quilate, acredito que não iremos ter o poder de reivindicação e de seriedade para se influir na resolução desses problemas que afligem todos os municípios do Brasil, que, em última análise, é forçoso reconhecer que é em função dessa política que foi implantada pelo regime militar que tomou conta do Poder em 64, através de sua política de concentração, de enfeixamento nas mãos do Poder central de todas as decisões, fez com que essa República Federativa brasileira, só exista no papel, porque, na prática ela não existe e os Municípios e os Estados nada mais fazem do que se empobrecer, mas o registro principal que eu quero deixar a Vossa Excelência neste aparte que aborda com propriedade este assunto, é este do desprestígio e do despreparo do Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, que nunca deveria ter entrado na política de maneira "biônica", porque, foi imposto simplesmente para atender os interesses de determinado grupo econômico. Ele não é do ramo, e quem não é do ramo não tem competência para dirigir os outros.

Muito obrigado.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eminente Deputado que ocupa a tribuna, eu, de início, devo dizer que respeito a opinião pessoal de Vossa Excelência, em se posicionar contrariamente à criação do Município de Tupãssi, contudo dizer que a nossa posição é contrária.

Somos a favor da criação do Município de Tupãssi, como somos a favor da criação de qualquer outro município que preencha os requisitos legais, porque entendemos que o Município só pode crescer na hora em que se desprender da condição de distrito e que avançar os limites que o distrito lhe impõe e por isso todas as comunidades têm direito de procurar um caminho de progresso.

Com referência ao Congresso dos Municípios que aqui também está se falando e se comentando sobre essa discussão, de-

vo dizer que acompanhei o final do Congresso, o seu encerramento e fiquei surpreso até com o documento sério que o Congresso elaborou abordando sete reivindicações importantes crucialmente importantes para a garantia dos municípios e também da Sociedade brasileira.

Fiquei surpreso e me congratulo até com aquele Congresso, porque achei que apesar de ter havido várias sugestões, inclusive algumas no meu entendimento absurdas, como aqui foi dito que um Prefeito do Rio Grande do Sul propôs uma greve geral dos Prefeitos.

Esta é uma medida que, no meu entendimento, é absurda, mas sabemos que medidas absurdas são propostas a toda hora, como hoje aqui mesmo acabamos de ouvir uma proposta que no meu entendimento também é absurda, mas apesar de tudo isso, das proposições sérias que lá foram apresentadas, como do Prefeito Jaime Lerner, pode-se fazer um documento que, no meu entendimento é um documento pesado, que apresentará, sem dúvida, ao Presidente da República, o caminho certo de solucionar os problemas mais sérios desta Nação.

Ainda, terminando o meu aparte, quero dizer que, ouvindo as palavras de Vossa Excelência, dizer que, nos corredores do Palácio, já se estuda a possibilidade de nomear interventores, quero dizer com certeza do que digo a Vossa Excelência, que, se nos corredores se fala por pessoas menos avisadas ou até irresponsáveis, não devemos dizer que isto parta de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Tenho certeza absoluta que o Governador do Estado não teria nunca essa condição de estar já auscultando nomes para ser interventor em municípios que ainda não existem.

O Governador do Estado é pessoa responsável, e eu sei que ele só tomará medidas quando elas se fizerem necessárias.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência deve estar bem lembrado de que quando eu abordei esse aspecto, inclusive tive a preocupação de dizer que tais grupos estariam pressionando o Sr. Governador do Estado. Nunca, em momento algum, fiz referência que essa iniciativa partisse do Chefe do Executivo, porque objetivamente é evidente que ele não poderia fazer, desde que ainda por uma possibilidade ou remota possibilidade, tenhamos eleições municipais no próximo ano.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Quero aproveitar a oportunidade para retificar.

Realmente o Deputado Tércio Albuquerque e o Deputado Ayrton Cordeiro têm razão, quando informam que o Deputado Federal não é bionico e foi um dos mais votados.

Realmente isso ocorre, mas a bionicidade do Deputado Nivaldo Suruagi na verdade, não é válida. Não é Senador, é Deputado e é válida porque ele para chegar a esse ponto, ele conseguiu o que nenhum outro Estado do País conseguiu. Os dois Senadores do seu Estado, Teotônio Vilela, o último que passou para o MDB e Luiz Cavalcanti era um divergente, porque quando no Governo ele conseguiu afastá-los de seu próprio Partido.

Sr. Deputado, sobre este assunto existe um velho adágio nos meios municipalistas que todo o cidadão que deixa de ser prefeito, deixa também de ser municipalista. Ele só é municipalista enquanto Prefeito. E eu não quero correr este risco.

Mas, na verdade, todos, e eu desafio a todos os Srs. Deputados que estão aqui a pegar os Anais de todos os Congressos, inclusive um dos quais eu participei, e foi aí em Vitória, em Guarapari, eu participei de um Congresso e foi aí que fiquei descrente, totalmente, das associações de municípios, todos os congressos concluíram por uma Reforma Tributária, todos. E eu, francamente, acho muito caro para ouvir o Sr. Jaime Lerner dizer o que ele pensa realmente é algo avançado. É muito caro trazer Prefeitos de todo o País. Bastava ler na

“Veja”. Porque esta opinião do Sr. Jaime Lerner, tem sido externada em diversos órgãos, jornais, revistas, até internacionais. Bastava ver o programa do Sr. Rischbieter, quando há pouco foi o Presidente da República ao Mato Grosso anunciou reformas, a reforma tributária para auxiliar municípios, o Sr. Rischbieter saiu a campo, como se tivesse salvo o município.

Acontece que o todo-poderoso Delfin Neto deu um “basta” e disse “não”. E a tal reforma tributária, que facilitaria os municípios, suas rendas, não saiu.

Acho que é muito caro trazer algumas centenas de Prefeitos ao Paraná para ouvir Jaime Lerner ou para ouvir sugestões que todos nós temos feito. A não ser que o Deputado de São Paulo, que propôs a extinção dos Estados, tenha razão. Afinal de contas, o Congresso Nacional não está falando em reforma tributária há quantos anos? O programa do MDB e da ARENA não fala dos municípios, da reforma tributária para os municípios?

Nós, nesta Casa, Deputados do MDB e da ARENA, não temos dito que há necessidade? Quer dizer, quanto ao problema não adianta reunir Prefeitos e dizer que precisa reforma tributária, porque isto nós estamos dizendo quando era Prefeito, em 72, está nos anais daquele Congresso para qualquer Deputado ver como já havia sugestões no sentido de uma reforma tributária.

É muito caro trazer Prefeitos a Curitiba, porque representa 2 por cento que a Associação Brasileira dos Municípios tira dos municípios, é muito caro para o Sr. Jaime Lerner dar as suas idéias, e ele não faz segredo, e tem dito em todos os jomais do País e até do exterior.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Deputado, a reforma do municipalismo só se tornará possível no Brasil, quando cessar a causa originária do esfacelamento do municipalismo, que é exatamente o excesso de concentração de poderes do Poder Federal.

Aí é que está a causa primeira e única, quando o poder de arbítrio, quando os ditadores se intitularam e passaram a exercer, de fato, quer na mudança da legislação, quer na usurpação de competência, passaram a ser os Srs. desta Nação, aí é que se esfacelou o município. E isto só será recuperado e o município só recuperará a sua verdadeira autonomia, o seu verdadeiro papel dentro da história, dentro da administração, dentro da História, dentro da administração, dentro da política brasileira, quando este Poder Maior, arbitrário, ditatorial, ilegítimo, for quebrado. Isto, um dia, acontecerá.

Até lá, não adianta Prefeitos se reunirem, Vereadores se reunirem, porque independe da vontade de Prefeitos, independe da vontade de legisladores. O que depende, é da quebra do Poder ditatorial. Aí então, Srs. Deputados, o Governador do Estado terá mais poderes do que um Presidente do BNH. O Governador do Estado será realmente, autônomo, dentro da Unidade Federativa, para vocacionar o seu Estado, quer na sua inclinação natural de topografia, de solo, de formação étnica, do que acontece agora em que se retira um gaúcho para gerir a Rondônia, e que se retira, Sr. Deputado, um piauiense para afetar o único Estado que realmente tem história nesta Nação, que é Minas Gerais.

Aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando este poder ditatorial for rompido, quando a ditadura que ainda se exerce nesta Nação, cessar o municipalismo, florescerá na sua essência. Até lá, não vejo razão para criar municípios que nascem deformados.

E, rogo aqui, ao Chefe do Executivo Estadual, para que não cometa no Paraná o disparate de nomear interventores, em ocorrendo o maior disparate que pode ocorrer, a prorrogação dos mandatos municipais.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluirei, com o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, parte do pronunciamento de Vossa Excelência, que se preocupa com a situação dos municípios paranaenses e brasileiros, é válido. E isso todos nós temos discutido; o próprio Deputado Deni Schwartz, que várias vezes teceu considerações sobre a situação do municipalismo.

Mas, não se justifica, nobre Deputado, quando se pede a criação de município. Era preciso, eu não sei, Vossa Excelência quando foi para Pato Branco, a situação em que se encontrava Pato Branco.

Mas nós que entramos em distritos, que ajudamos a criar municípios, e que visitamos esses municípios, nossos hoje, Tupãssi, Lunardelli; Lunardelli por exemplo, que hoje as estradas estão todas abandonadas, que não tem nenhuma assistência.

Então, a comunidade, com o pouco recurso que tenha, sei que a luta é muito grande; o problema do Fundo de Participação, de início, não vai receber, mas alguma coisa esta comunidade vai fazer para atender a sua população. É por isso que precisa a sua emancipação, a sua independência. Porque é com dificuldade, é do nada que se começa. E se nós segurarmos, impedirmos a criação desses municípios, nós estaremos impedindo o desenvolvimento dessas comunas. Porque, uma vez que deveremos lutar pelos demais municípios já criados e alguns existentes em menores condições do que o que nós estamos propondo hoje, Tupãssi e outros. É preciso que se crie e que lute junto, para mudar este estado de coisas.

Não quero me alongar muito, nobre Deputado.

Outro dia ainda vi quando um Deputado comentava que depois de 64, há dificuldade para os municípios. Não é justo, porque depois de 64, na grande administração, no grande municipalista, Castelo Branco, os municípios tiveram novo alento. Uma nova situação. Depois de 68, veio a modificação, dificultando o desenvolvimento dos municípios. Mas, até hoje, é melhor ainda que o IVC, como nós tínhamos antigamente.

Mas, é preciso que se mude. Porque é no município que nós vivemos, é preciso que o município tenha um melhor atendimento. E haveremos juntos de lutar para isso.

Mas não para impedir a criação dos municípios, que com justiça estão pedindo a sua emancipação, e a comunidade sabe da dificuldade que vai enfrentar. E nós deveremos dar o apoio e, junto com eles, lutarmos para a sua independência.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Projeto de Lei n.º 57/79. — **Aprovado.**

A Mesa registra, com satisfação, as presenças, em nosso plenário, dos nobres Deputados Federais Álvaro Dias e Antônio Anibelli, bem como do Sr. Jorge Maia Filho, da Cidade de Apucarana.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/79, de autoria dos Deputados Deni Schwartz, Luiz Alberto de Oliveira e Túlio Zanchet, que cria o Município de Nova Prata, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.E., e Emenda Substitutiva por unanimidade. — **Aprovado pela Emenda, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/79, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que cria o Município de Cafelândia. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 87/79, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre a fixação de prazo ao Poder Executivo para responder a requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa. Parecer Favorável da

C.C.J., por maioria, na forma do Substitutivo Geral. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Bem Estar Social do Portão - A.B.E.S. com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/79, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que cria no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, cuja sede e divisas especifica. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132/79, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a "Fraterna Ajuda Cristã - FAC", com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 66/79), que dispõe sobre requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos em projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Créditos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. - Em regime de urgência - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/79, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado - APMI", da Cidade de Colorado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/79, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a "Associação Esportiva e Recreativa Sadia", com sede e foro na Cidade de Toledo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/79, de autoria do Deputado Egon Pudell, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/79, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Oásis do Amor", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/79, de autoria do Deputado David Federmann, que cria no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano Mendes, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente São Gabriel da Virgem Dolorosa", com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 105/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município

de Paranacity, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 112/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 117/79), que aprova Resolução n.º 143/79, celebrada entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alterando o convênio celebrado entre os mesmos Governos e que dispõe sobre a criação do sistema CODESUL/BRDE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 131/79), que aprova Termo de Renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando execução de obras ao Projeto de Complementação da via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 135/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 137/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iporã, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Presidência e Membros da Comissão de Agricultura da Câmara Federal pelo trabalho realizado em nosso Estado, voltando-se para a situação e a realidade dos proprietários de terras que estão sendo indenizadas pela Binacional Itaipu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Val. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de lei e de resolução. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, em forma de pedido de informações sobre a paralisação na construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho. — 13 Srs. Deputados o aprovam; 3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 145/77, 30, 54, 57, 58, 59, 70, 87, 101, 109, 132, 142, 158, 160, 164, 175, 176, 182 e 183/79.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 127 e 139/79.

Levanta-se a sessão.